



ATA N.º 1/2025

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FLOR E NABO

Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e dez minutos, realizou-se, na sala de reuniões da sede da Junta de Freguesia de Vila Flor e Nabo, a reunião ordinária da Assembleia de Freguesia, presidida por Patrícia Félix, Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia.

Verificada a existência de quórum, a Senhora Presidente da Mesa declarou aberta a sessão. Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia: Patrícia Félix, José Magalhães, Carla Seixas, Francisco Fernandes, Estela Trindade, Conceição Lopes, Vítor Moutinho, Susana Fernandes e Isabel Roios.

Foi ainda informado que Estela Joana Dinis Trindade se encontrava presente em substituição de Fátima Mesquita.

A Senhora Presidente da Mesa dirigiu cumprimentos institucionais aos membros da Mesa, ao Presidente da Junta e restante executivo, aos membros da Assembleia de Freguesia e ao público presente.

A sessão teve a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto nº 1. Período Antes da Ordem do Dia

Foi aberta a possibilidade de inscrições para intervenções.

Após inscrição do elemento Conceição Lopes e reparo à estrutura dos pontos que constituem a convocatória, a Senhora Presidente da Mesa informou que, relativamente à convocatória da sessão, foi identificada uma situação que motivou um pedido de parecer à ANAFRE, entidade que presta apoio e esclarecimentos às autarquias locais.

Partilhado o documento com a dita resposta, foi esclarecido que o tópico “Apreciação e deliberação sobre a substituição de membro da Mesa da Assembleia, na sequência de renúncia apresentada” deveria constar no período antes da ordem do dia, uma vez que dizem respeito à constituição da Mesa da Assembleia, a qual deverá estar devidamente formada antes da discussão de matérias relacionadas com a Junta de Freguesia.

Assim, foi proposto que esta situação fosse retificada em ata, proposta que mereceu concordância dos membros presentes.

A Senhora Presidente da Mesa informou que foi apresentada renúncia por escrito do membro Pedro Borges, pelo que se tornou necessário proceder à sua substituição.

Foi proposta a eleição de Carla Seixas para o cargo de Segunda Secretária da Mesa da Assembleia.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA FLOR E NABO



Procedeu-se à votação por boletim secreto, tendo-se apurado o seguinte resultado: cinco votos a favor e quatro votos em branco.

Face ao resultado obtido, foi declarada eleita Carla Seixas para o cargo de Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, passando a Mesa a estar devidamente constituída.

Ainda no período antes da ordem do dia a Presidente da Mesa referiu ainda que o Regimento da Assembleia de Freguesia, aprovado para o mandato anterior, deverá ser objeto de revisão. Nesse sentido, foi sugerido que todos os membros da Assembleia analisem o documento atualmente em vigor e apresentem eventuais sugestões de alteração, de modo que o mesmo possa ser discutido e posteriormente aprovado numa próxima reunião. Entre as sugestões apresentadas, destacou a possibilidade de as convocatórias passarem a ser enviadas formalmente por via eletrónica (e-mail). Foi ainda referida, a título indicativo, a possibilidade de realização da próxima reunião no dia dezassete de abril, data provisória que poderá sofrer alterações.

Tomou a palavra Conceição Lopes que, após cumprimentar a Mesa, o Executivo, os membros da Assembleia e o público presente, referiu que, sendo a sua primeira intervenção enquanto líder de bancada da oposição, havia consultado a página institucional da Junta de Freguesia. Referiu ter verificado que a informação relativa às reuniões da Assembleia de Freguesia não se encontra atualizada; apenas uma das atas referentes ao ano de dois mil e vinte e cinco se encontra publicada; O executivo apresentado na página institucional ainda inclui um membro do executivo anterior. Questionou, assim, quem é responsável pela gestão e atualização da página institucional.

O Senhor Presidente da Junta informou que se encontra em curso um processo de contratação de uma empresa local para assegurar a gestão e atualização da página institucional, tendo ocorrido recentemente uma fase de transição de serviços. Referiu ainda que toda a informação em atraso será atualizada.

Não havendo mais intervenções, foi dado por encerrado o período antes da ordem do dia.

Ponto nº2. Período da Ordem do Dia

Ponto nº 2.1. Discussão e Votação do Plano de Atividades, Orçamento e Plano Orçamental Plurianual para 2026

Aberta a discussão do ponto, foi colocada uma questão pela líder Conceição Lopes ao Senhor Presidente da Junta relativamente às candidaturas previstas no orçamento e ao desfasamento entre receitas e despesas previstas, rubrica 0.6. O Senhor Presidente da Junta esclareceu que os valores apresentados correspondem a previsões dependentes da aprovação de candidaturas e da eventual atribuição de trabalhadores às autarquias, tratando-se, portanto, de valores provisionais. Justifica que o valor de dezoito mil euros refere-se a contratos de nove meses e para duas pessoas/candidaturas



Procedeu-se à votação, tendo-se registado: cinco votos a favor e quatro votos contra. Face ao resultado, o Plano de Atividades, Orçamento e Plano Orçamental Plurianual para 2026 foi aprovado.

No decurso da discussão foi apresentada uma declaração de voto por parte de um membro da oposição. *“O orçamento que nos é apresentado limita-se a gerir o quotidiano. Cumpre regras, assegura o funcionamento da Junta e garante o pagamento das despesas correntes, mas fica por aí. Não encontramos neste documento uma visão para o futuro da freguesia, não encontramos um projeto político mobilizador, nem uma estratégia clara para responder aos desafios que todos conhecemos: o envelhecimento da população, a perda contínua de residentes e a fragilidade económica e social do território. A forte dependência de transferências do Estado e do Município demonstra bem esta ausência de ambição. A freguesia continua a viver quase exclusivamente de recursos externos, sem que se perceba um esforço sério para reforçar a sua autonomia financeira, captar novas receitas ou afirmar projetos que tragam mais capacidade de intervenção local. Governar não é apenas gerir o que chega, é também lutar por mais e planejar melhor. Do lado da despesa, a opção política é clara: garantir o funcionamento corrente. A maior fatia do orçamento é absorvida por despesas com pessoal, bens e serviços e compromissos regulares. O investimento previsto é reduzido e não tem dimensão estruturante. Não vemos aqui uma aposta clara na melhoria do espaço público, na valorização dos equipamentos ou em projetos que deixem marca e preparem a freguesia para o futuro. Registamos a existência de apoios sociais a famílias e associações, o que é positivo, mas esses apoios surgem sem uma estratégia definida e sem objetivos claros. Não há uma política estruturada para responder ao envelhecimento, ao isolamento, à juventude ou à fixação de população. A política social exige mais do que pequenas verbas: exige visão, planeamento e prioridades bem definidas. O Plano Orçamental Plurianual confirma estas fragilidades. Em vez de apresentar um caminho de reforço e crescimento, projeta desequilíbrios nos anos seguintes, revelando falta de preparação e de estratégia de médio prazo. Em suma, estamos perante um orçamento tecnicamente correto, mas politicamente curto. Um orçamento que mantém, mas não transforma. Que administra, mas não lidera. Um documento que assegura o presente, mas não constrói o futuro da União das Freguesias de Vila Flor e Nabo. Por estas razões, os membros do Partido Socialista votam contra o Orçamento e o Plano Orçamental Plurianual para 2026, reafirmando a sua disponibilidade para contribuir para uma alternativa com mais ambição, visão e compromisso com o futuro da nossa freguesia”.*

Ponto nº 2.2. Apreciação da Atividade da Junta de Freguesia

No âmbito deste ponto foram colocadas diversas questões.



Um membro da Assembleia, Vítor Moutinho, questionou a aquisição de dois telemóveis modelo Samsung S24, referida no relatório de atividades, designadamente quanto à necessidade da aquisição e ao valor despendido.

O Senhor Presidente da Junta esclareceu que, durante vários anos, os membros do executivo utilizaram equipamentos pessoais no exercício das suas funções, tendo agora sido adquiridos equipamentos institucionais no âmbito de um contrato celebrado com a operadora MEO, aproveitando o plafond existente nesse contrato. Foi igualmente referido que os equipamentos pertencem à Junta de Freguesia.

Foi ainda sugerido por Susana Fernandes que os contactos institucionais associados a esses equipamentos sejam divulgados oficialmente, de forma a facilitar a comunicação com a população e com os membros da Assembleia.

Foi também questionada a aquisição de uma coluna de som por Vítor Moutinho, tendo o Senhor Presidente da Junta esclarecido que a mesma foi adquirida para apoio às atividades promovidas pela Junta de Freguesia, uma vez que anteriormente eram utilizados equipamentos pessoais.

Foram igualmente colocadas questões relativas à atribuição de apoios às associações locais por Conceição Lopes, tendo sido questionado se os mesmos cumprem o regulamento de atribuição de subsídios a entidades sem fins lucrativos.

O Senhor Presidente da Junta esclareceu que os apoios atribuídos cumprem os requisitos definidos no regulamento e que as associações beneficiárias apresentaram a documentação necessária.

Conceição Lopes clarificou que todas as questões foram colocadas não no sentido de colocar em causa o trabalho do executivo, mas sim para perceberem se estão a cumprir os regulamentos previstos.

Ponto nº 2.3. Alteração, discussão e votação do mapa de pessoal

O mapa de pessoal foi aprovado por unanimidade, nove votos a favor e zero contra. O eleito Vítor Moutinho apresenta declaração de voto favorável, mas com reservas, em representação do Partido Socialista. *“O voto favorável à contratação de um novo Assistente Operacional assenta numa posição de coerência política e responsabilidade que o Partido Socialista tem vindo a assumir ao longo de sucessivos mandatos. Já no mandato anterior, o PS salientou que, face aos valores significativos despendidos em contratos externos para prestação de serviços, faria mais sentido, do ponto de vista financeiro e operacional, ponderar a contratação de um funcionário, permitindo maior estabilidade, continuidade do serviço e melhor controlo da despesa pública. Essa posição mantém-se válida, na medida em que a contratação direta pode, em determinadas circunstâncias, revelar-se mais eficiente do que a externalização recorrente de serviços. Contudo, este voto favorável não pode ser dissociado de um alerta claro e responsável. A contratação de um novo trabalhador representa um encargo estrutural permanente num orçamento limitado e já fortemente comprometido com despesa corrente. Sem uma*



reestruturação efetiva da forma como os recursos são utilizados, nomeadamente através da redução de contratos externos, da reorganização interna dos serviços e da identificação de medidas que reforcem a sustentabilidade financeira da Junta, esta decisão pode agravar a rigidez orçamental existente. Importa sublinhar que, se essa reestruturação não for concretizada, os riscos são evidentes: diminuição da margem de manobra financeira, maior dependência de transferências externas e potencial degradação da situação financeira da Freguesia a médio prazo. A contratação, por si só, não resolve os problemas estruturais; apenas os desloca no tempo. Assim, o PS vota favoravelmente esta proposta por coerência com posições anteriormente assumidas e por reconhecer a necessidade de reforço operacional da Junta, mas reafirma que esta decisão tem de ser acompanhada de ajustamentos estruturais indispensáveis, sob pena de comprometer a sustentabilidade financeira e a capacidade de resposta futura da Freguesia”.

Ponto nº 2.4. Outros assuntos de interesse para a freguesia

Os membros da bancada PS apontam que não receberam convite para o Magusto que se realizou no Nabo e Arco, pelo que solicitam que numa próxima vez sejam considerados atempadamente. O Presidente justifica que devido às condições meteorológicas necessitaram de alterar as referidas datas e que por esse motivo não lhes foi possível proceder dessa forma, contudo acordou que a referida sugestão será tida em consideração em eventos futuros.

Ponto nº3. Período de intervenção do público

Inscreeveu-se um cidadão, Sr. Carlos, que reiterou que quer uma bancada quer a outra não apresentaram ideias sólidas, construtivas e com visão. Conceição Lopes responde que também gostava de votar contra o orçamento apresentado por considerar ser um orçamento de gestão e não um orçamento de Visão. Aponta não conseguir vislumbrar a obra deste executivo, mas que não serão eles a chegar aqui e a acrescentar valor à gestão dos eleitos para o executivo.

Não havendo mais assuntos a tratar, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e quinze minutos, agradecendo a presença de todos e referindo que a próxima reunião terá lugar previsivelmente no mês de abril.

Para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada.



A Presidente da Mesa da Assembleia

Patrícia Félix

O Primeiro Secretário

José Magalhães

A Segunda Secretária

Carla Seixas